

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.402.791 - BA (2018/0307388-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**AGRAVANTE** : EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S/A  
**ADVOGADOS** : ISADORA ROSA DA SILVA MARTINS - BA015038  
IGOR HUADY CERQUEIRA RIBEIRO - BA038352  
THAIS SILVA ALVES - BA040598  
KARYNE DANIELLE SANTOS ALVES DE ARAUJO - BA042980  
**AGRAVADO** : RAQUEL BORGES DE JESUS  
**AGRAVADO** : MARTA SANTOS BORGES  
**ADVOGADO** : VIVIANE DOS SANTOS BOMFIM - BA040511

**EMENTA**

CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. FARMÁCIA. VENDA ERRADA DE MEDICAMENTO. PIORA NO ESTADO DE SAÚDE DO CONSUMIDOR COM INTERNAÇÃO. RECURSO ESPECIAL. **INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DO NCPC**. DANO MORAL. VALOR. FIXAÇÃO EM PATAMAR RAZOÁVEL. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL

**DECISÃO**

RAQUEL BORGES DE JESUS, menor representada por MARTA SANTOS BORGES promoveu ação de indenização por danos morais contra EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S.A (PAGUE MENOS) decorrente da venda errada de medicamento ocasionando a piora no seu estado de saúde e consequente internação.

O pedido foi julgado parcialmente procedente para condenar a recorrida PAGUE MENOS ao pagamento de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) a título de danos morais, bem como nas custas processuais e honorários advocatícios fixados em R\$ 20% sobre o valor da condenação (e-STJ, fls. 160/163).

Interposta apelação por PAGUE MENOS, o Tribunal de origem negou-lhe provimento, em acórdão assim ementado:

*DIREITO DO CONSUMIDOR. 1. VENDA DE MEDICAMENTO ERRADO PELA APELANTE, COM INDICAÇÃO EQUIVOCADA DA FORMA DE UTILIZAÇÃO DA DROGA. SEGUNDA RECORRIDA QUE, CONFIANDO NAS ORIENTAÇÕES REPASSADAS PELO VENDEDOR DA DROGARIA RECORRENTE, ADMINISTROU ORALMENTE NA PRIMEIRA RECORRIDA, SUA FILHA MENOR, FÁRMACO DE*

*USO TÓPICO, ACARRETANDO EFEITOS ADVERSOS NO CORPO DA CRIANÇA. 2. MÁ PRESTAÇÃO DO SERVIÇO CONFIGURADA. 3. VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA TRANSPARÊNCIA E DA CONFIANÇA, ENCARTADOS NO CDC. 4. DANOS MORAIS FIXADOS PELA SENTENÇA VERGASTADA EM VINTE MIL REAIS PARA CADA RECORRIDA. 5. VALOR DETERMINADO DE ACORDO COM OS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE. 6. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA MANTIDOS EM 20% DO VALOR DA CONDENAÇÃO. 7. DECISUM PRESERVADO. 8. RECURSO IMPROVIDO (e-STJ, fl. 235).*

Inconformada, PAGUE MENOS interpôs recurso especial com base no art. 105, III, *a e c*, da Constituição Federal, sustentando a ocorrência de violação dos arts. 884 e 944 do CC/02, alegando, em síntese, que os danos morais foram fixados em valor excessivo, devendo sofrer redução, sob pena de propiciar o enriquecimento ilícito da agravada.

Em juízo de admissibilidade, a vice-presidência do Tribunal de origem inadmitiu o apelo nobre. Dessa decisão, foi interposto o presente agravo em recurso especial.

Contraminuta apresentada (e-STJ, fls. 288/298).

É o relatório.

DECIDO.

A irresignação não merece prosperar.

De plano, vale pontuar que os recursos ora em análise foram interpostos na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

A lei não fixa valores ou critérios para a quantificação do dano moral, que entretanto deve ter assento na regra do art. 944 do CC/02. Por isso, esta Corte tem se pronunciado reiteradamente no sentido de que o valor de reparação do dano moral deve ser arbitrado em montante que desestímule o ofensor a repetir a falta, sem constituir, de outro lado, enriquecimento indevido para a vítima.

Desta forma, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça consolidou-se no sentido de que os valores fixados a título de danos morais, porque

arbitrados com fundamento no arcabouço fático-probatório carreado aos autos, só podem ser alterados em hipóteses excepcionais, quando constatada nítida ofensa aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, mostrando-se irrisória ou exorbitante.

A propósito, vejamos-se os precedentes:

*AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. PUBLICAÇÃO DE MATÉRIA JORNALÍSTICA. 1. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO TIDO POR VIOLADO. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 284 DA SÚMULA DO STF. 2. DANOS MORAIS. QUANTUM INDENIZATÓRIO. PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE OBSERVADAS. IMPOSSIBILIDADE DE MAJORAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. 3. AGRAVO DESPROVIDO.*

*1. O recurso especial é reclamo de natureza vinculada e, para o seu cabimento é imprescindível que se demonstre de forma clara os dispositivos apontados como malferidos pela decisão recorrida, sob pena de inadmissão. Impositiva a incidência do entendimento jurisprudencial expresso no enunciado n. 284 da Súmula do STF.*

*2. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que a redução ou majoração do quantum indenizatório é possível somente em hipóteses excepcionais, quando manifestamente irrisória ou exorbitante a indenização arbitrada, sob pena de incidência do óbice da Súmula n. 7 do STJ. Proporcionalidade e razoabilidade observadas no caso dos autos.*

*3. Agravo interno desprovido.*

(AgInt no REsp 1655592/AM, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, julgado em 22/8/2017, DJe 4/9/2017)

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 1.042 DO CPC/2015) - AÇÃO CONDENATÓRIA (INDENIZAÇÃO) - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA DA RÉ.*

*1. O óbice da Súmula nº 7 do STJ inviabiliza o pleito de revisão do quantum indenizatório arbitrado a título de danos morais, se este não se revelar irrisório ou exorbitante, como no presente caso.*

*2. Agravo interno desprovido.*

(AgInt no AREsp 996.785/DF, Rel. Ministro MARCO BUZZI, Quarta Turma, julgado em 17/8/2017, DJe 28/8/2017)

No caso concreto, o valor fixado na sentença é mantido pelo Tribunal

de origem para a indenização por danos morais (R\$ 20.000,00 – vinte mil reais), não se mostra exorbitante a justificar a excepcional intervenção desta Corte no presente feito.

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º do NCPC c/c art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/03/2016, DJe 18/03/2016), **CONHEÇO** do agravo para **NÃO CONHECER** do recurso especial.

Deixo de majorar a verba honorária, pois já fixada no limite legal.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito às normas do NCPC, inclusive no que tange ao cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator